

Zulmar Fachin

Curso de

DIREITO
Constitucional

7.ª edição

revista e atualizada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rodrigo Lippi

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Fachin, Zulmar

Curso de direito constitucional / Zulmar Fachin – 7. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro : Forense, 2015.

Bibliografia
ISBN 978-85-309-5694-3

1. Direito constitucional. I. Título.

11-8178.

CDU: 342(81)

SUMÁRIO

Capítulo I **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Conceito	1
2. Fontes.....	3
3. Objeto de estudo.....	4
4. Conteúdo científico	5
4.1 Direito Constitucional positivo	5
4.2 Direito Constitucional comparado	5
4.3 Direito Constitucional geral	6
4.4 Direito Constitucional internacional	7
4.5 Direito Constitucional comunitário	7
5. Influências recebidas	8
6. Direito Constitucional nas universidades brasileiras	9

Capítulo II **DIREITO CONSTITUCIONAL E INTER-RELAÇÃO CIENTÍFICA**

1. A textura aberta do Direito Constitucional	11
2. As relações do Direito Constitucional com outras ciências	12
2.1 Direito Constitucional e Ciência Política	12
2.2 Direito Constitucional e Economia	13
2.3 Direito Constitucional e História	13
2.4 Direito Constitucional e Filosofia	14
2.5 Direito Constitucional e Sociologia.....	14
2.6 Direito Constitucional e Teoria do Estado.....	15
2.7 Direito Constitucional e Antropologia.....	15
2.8 Direito Constitucional e Biologia	16

2.9 Direito Constitucional e Medicina.....	16
2.10 Direito Constitucional e Física	17
2.11 Direito Constitucional e Educação	17
2.12 Direito Constitucional e Religião	18

Capítulo III

DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERDISCIPLINARIDADE

1. Ainda a textura aberta do Direito Constitucional	21
2. As relações do Direito Constitucional com outras disciplinas jurídicas.....	22
2.1 Direito Constitucional e Direito Processual	22
2.2 Direito Constitucional e Direito Civil	23
2.3 Direito Constitucional e Direito Penal	24
2.4 Direito Constitucional e Direito Administrativo.....	25
2.5 Direito Constitucional e Direito Tributário.....	25
2.6 Direito Constitucional e Direito do Trabalho	25
2.7 Direito Constitucional e Direito Ambiental.....	26
2.8 Direito Constitucional e Direito Econômico	26
2.9 Direito Constitucional e Direito Internacional	27
2.10 Direito Constitucional e Direito do Consumidor	28
2.11 Direito Constitucional e Direito da Seguridade Social.....	28
2.12 Direito Constitucional e Direito Agrário	28
2.13 Direito Constitucional e Direito Eleitoral.....	29
2.14 Direito Constitucional e Direito Financeiro	29
2.15 Direito Constitucional e Direito Marítimo	30
2.16 Direito Constitucional e Direitos Humanos	30
2.17 Direito Constitucional e Direito Universitário	31
2.18 Direito Constitucional e Direito do Desporto	32
2.19 Direito Constitucional e Direito Judicial	32
2.20 Direito Constitucional e Direito Urbanístico	33

Capítulo IV

CONSTITUCIONALISMO

1. Introdução	35
2. Constitucionalismo antigo	36
3. Constitucionalismo moderno	36

3.1 Movimento constitucionalista inglês	37
3.2 Movimento constitucionalista americano	38
3.3 Movimento constitucionalista francês.....	40
4. Transformações históricas do constitucionalismo.....	41
4.1 Constitucionalismo liberal clássico.....	41
4.2 Constitucionalismo democrático	42
4.3 Constitucionalismo social	43
5. Novas tendências do constitucionalismo	44

Capítulo V

PODER CONSTITUINTE

1. Introdução	47
2. Poder constituinte originário	48
2.1 Noção	48
2.2 Natureza	49
2.3 Titular	50
2.4 Agente.....	51
2.5 Formas de manifestação	52
2.6 Características	53
3. Poder reformador	56
3.1 Noção	56
3.2 Natureza	57
3.3 Titular	57
3.4 Agente	58
3.5 Formas de manifestação	58
3.6 Características	58
4. Poder constituinte: fazer e alterar a Constituição	60
5. Poder constituinte e poderes constituídos: normas constitucionais e normas infraconstitucionais.....	61
6. Cláusulas pétreas e bloco de constitucionalidade	62
7. Poder constituinte decorrente	63
8. Poder constituinte e Poder Judiciário	64
9. Poder constituinte transnacional.....	64
10. Reforma constitucional e controle de constitucionalidade	65

11. Mutação constitucional	65
12. Transconstitucionalismo	66
13. Críticas às reformas constitucionais no Brasil	66

Capítulo VI

HISTÓRIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL: O SÉCULO XIX

1. A Constituição Política do Império (25 de março de 1824).....	69
1.1 Contexto histórico	69
1.2 Traços característicos	70
2. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891)	73
2.1 Contexto histórico	73
2.2 Traços característicos	75

Capítulo VII

HISTÓRIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL: O SÉCULO XX

1. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16 de setembro de 1934)	79
1.1 Contexto histórico	79
1.2 Traços característicos	81
2. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil (10 de novembro de 1937).....	86
2.1 Contexto histórico	86
2.2 Traços característicos	86
3. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946)	89
3.1 Contexto histórico	89
3.2 Traços característicos	90
4. A Constituição da República Federativa do Brasil (24 de janeiro de 1967) e a EC 1/1969	92
4.1 Contexto histórico	92
4.2 Traços característicos	93
5. A Constituição da República Federativa do Brasil (5 de outubro de 1988)	96
5.1 Contexto histórico	96
5.2 Traços característicos	100

Capítulo VIII

INTRODUÇÃO À TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1. Terminologia	107
2. Conceito de Constituição	108
2.1 Concepção sociológica.....	110
2.2 Concepção política	111
2.3 Concepção jurídica	111
2.4 Concepção estrutural	112
2.5 Concepção culturalista	112
3. Objeto das Constituições.....	113
4. Elementos das Constituições.....	113
4.1 Elementos orgânicos.....	114
4.2 Elementos limitativos	114
4.3 Elementos socioideológicos	114
4.4 Elementos de estabilização	114
4.5 Elementos formais de aplicabilidade	114
5. Classificação das Constituições.....	115
5.1 Quanto à forma: escrita ou não escrita	115
5.2 Quanto ao modo de elaboração: dogmática ou histórica	115
5.3 Quanto à origem: outorgada, promulgada, cesarista ou pactuada	115
5.4 Quanto à mutabilidade: rígida, flexível, semirrígida ou parcialmente imutável	116
5.5 Quanto ao conteúdo: formal, substancial ou material	117
5.6 Quanto à extensão: sintética ou analítica.....	118
5.7 Quanto à finalidade: garantia, dirigente ou balanço	119
5.8 Quanto à ideologia: ortodoxa ou eclética	120
5.9 Quanto à essência: normativa, nominal ou semântica.....	120

Capítulo IX

CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

1. Classificação das normas constitucionais	123
1.1 Classificação de Rui Barbosa.....	123
1.2 Classificação de Pontes de Miranda	124
1.3 Classificação de Meirelles Teixeira	125
1.4 Classificação de José Afonso da Silva.....	125

1.5 Classificação de Celso Antônio Bandeira de Mello	127
1.6 Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Brito	129
1.7 Classificação de Maria Helena Diniz.....	131
1.8 Classificação de Luís Roberto Barroso	132
2. Interpretação constitucional	133
3. Princípios de interpretação constitucional	133
3.1 Princípio da supremacia da Constituição	133
3.2 Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos normativos	134
3.3 Princípio da força normativa da Constituição	134
3.4 Princípio do efeito integrador	135
3.5 Princípio da unidade da Constituição	135
3.6 Princípio da concordância prática	136
3.7 Princípio da máxima efetividade	137
3.8 Princípio da correção funcional	137
3.9 Princípio da coloquialidade	138
3.10 Princípio da interpretação intrínseca	138
3.11 Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	139
3.12 Princípio da proporcionalidade	140
3.13 Princípio da interpretação do Direito interno em conformidade com o Direito comunitário	141

Capítulo X

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Princípio da supremacia da Constituição	143
2. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos normativos	145
3. Noção de inconstitucionalidade	146
4. Pressupostos do controle de constitucionalidade	147
5. Funções do controle de constitucionalidade	147
6. Objetivo do controle de constitucionalidade.....	148
7. Espécies de inconstitucionalidade	148
7.1 Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	148
7.2 Inconstitucionalidade formal (orgânica) e inconstitucionalidade material	148

7.3 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	149
7.4 Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente	150
7.5 Inconstitucionalidade antecedente (imediata) e inconstitucionalidade consequente (derivada).....	150
7.6 Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta.....	151
8. Formas de manifestação do controle de constitucionalidade	151
8.1 Quanto ao momento: preventivo ou sucessivo	151
8.2 Quanto à natureza: político ou jurisdicional	152
8.3 Quanto ao número de órgãos: difuso ou concentrado	152
8.4 Quanto ao modo de manifestação: por via incidental ou por via principal	154
8.5 Quanto à finalidade: subjetivo ou objetivo	154
8.6 Quanto à legitimidade ativa: universal ou restrito	155
9. Medidas processuais de defesa da Constituição	155
10. Declaração de inconstitucionalidade de ofício	156
11. Controle de convencionalidade.....	156

Capítulo XI

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

1. Origem	157
2. Base normativa	157
3. Objeto	158
4. Legitimidade	158
5. Pertinência temática.....	159
6. Competência	159
7. Petição inicial	159
8. Condições da acção.....	160
9. Princípio da provocação	160
10. Intervenção de terceiros	160
11. Desistência da acção	161
12. Medida cautelar.....	161
13. <i>Quorum</i>	162
14. Efeitos da decisão	162

15. Recurso.....	162
16. Procurador-Geral da República e Advogado-Geral da União.....	163

Capítulo XII

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

1. Origem.....	165
2. Base normativa.....	165
3. Objeto.....	166
4. Omissão parcial.....	166
5. Finalidade.....	167
6. Legitimidade.....	167
7. Pertinência temática.....	168
8. Competência.....	168
9. Petição inicial.....	169
10. Medida cautelar.....	169
11. <i>Quorum</i>	169
12. Efeitos da decisão e recurso.....	170

Capítulo XIII

ACÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Origem.....	171
2. Base normativa.....	171
3. Objeto.....	172
4. ADC e o princípio da presunção de constitucionalidade das leis.....	172
5. Legitimidade.....	172
6. Competência.....	173
7. Petição inicial.....	173
8. Medida cautelar.....	173
9. Decisão e seus efeitos.....	174
10. Recurso.....	174

Capítulo XIV

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

1. Origem.....	175
2. Base normativa.....	175

3. Objeto	175
4. Preceito fundamental	176
5. Caráter subsidiário	176
6. Legitimidade	176
7. Competência	177
8. Petição inicial	177
9. Medida cautelar	177
10. Recurso	178
11. Reclamação constitucional	178
12. ADPF e lei anterior à Constituição	178

Capítulo XV

ACÇÃO INTERVENTIVA, RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

Justificativa	179
I. Acção interventiva	180
1.1 Origem	180
1.2 Princípio da não intervenção	180
1.3 Finalidade	180
1.4 Legitimidade	180
1.5 Pressupostos materiais	180
2. Recurso extraordinário	181
2.1 Origem	181
2.2 Base normativa	181
2.3 Competência	181
2.4 Prequestionamento	182
2.5 Repercussão geral	182
2.6 Cláusula de reserva de plenário	182
2.7 Efeitos da decisão	182
3. Reclamação constitucional	183

Capítulo XVI

FRAGMENTOS DE TEORIA DO ESTADO

1. Introdução	185
2. Formas de Estado	185

2.1 Estado unitário	186
2.2 Estado regional	186
2.3 Estado autônomo	186
2.4 Estado federal	187
3. Modelos de Estado	187
3.1 Estado totalitário	187
3.2 Estado liberal	188
3.3 Estado social	189
3.4 “Estado privado”	190
4. Formas de governo	190
4.1 Monarquia	191
4.2 República	191
4.3 Despotismo	192
5. Sistemas de governo	193
5.1 Presidencialista	193
5.2 Parlamentarista	193
5.3 Diretorial	194

Capítulo XVII

SISTEMA CONSTITUCIONAL POSITIVO: OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Estrutura da Constituição	195
2. Nome do Estado brasileiro	196
3. Preâmbulo	196
4. Princípios fundamentais	199
4.1 Princípio federativo	199
4.2 Princípio republicano	200
4.3 Princípio do Estado Democrático de Direito	201
4.4 Princípio democrático	202
4.5 Princípio da tripartição dos poderes	203
5. Fundamentos do Estado brasileiro	205
5.1 Soberania	205
5.2 Cidadania	206
5.3 Dignidade da pessoa humana	207
5.4 Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	208

5.5 Pluralismo político	209
6. Objetivos fundamentais do Estado brasileiro	209
7. Princípios constitucionais de Direito Internacional Público	210

Capítulo XVIII

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Inglaterra: pátria da liberdade	211
1.1 Magna Carta (1215)	212
1.2 Petição de Direitos (1628)	213
1.3 Lei do <i>Habeas Corpus</i> (1679)	214
1.4 Declaração de Direitos (1689)	214
2. Direitos fundamentais a partir do século XVIII	215
2.1 Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia (1776)	215
2.2 Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789)	216
2.3 Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado (1918)...	216
3. Direitos fundamentais após a Segunda Guerra Mundial	218
3.1 Carta das Nações Unidas (1945).....	218
3.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).....	218
3.3 Pactos Internacionais de Direitos Humanos (1966)	220
3.4 Proclamação de Teerã (1968).....	221
3.5 Declaração e Programa de Ação de Viena (1993).....	221
3.6 Estatuto de Roma (1998)	222
4. Dimensões dos direitos fundamentais	222
4.1 A questão terminológica.....	222
4.2 Direitos fundamentais de primeira dimensão	224
4.3 Direitos fundamentais de segunda dimensão.....	224
4.4 Direitos fundamentais de terceira dimensão	225
4.5 Direitos fundamentais de quarta dimensão.....	226
4.6 Direitos fundamentais de quinta dimensão.....	227
4.7 Direitos fundamentais de sexta dimensão.....	228

Capítulo XIX

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Terminologia.....	231
2. Conceito.....	232

3. Perspectivas dos direitos fundamentais.....	232
3.1 Perspectiva filosófica.....	232
3.2 Perspectiva universalista	233
3.3 Perspectiva estatal	233
3.4 Perspectiva histórico-sociológica.....	234
4. Características dos direitos fundamentais	235
4.1 Fundamentalidade.....	235
4.2 Historicidade.....	235
4.3 Universalidade.....	236
4.4 Inalienabilidade	236
4.5 Imprescritibilidade.....	236
4.6 Indivisibilidade.....	237
4.7 Inexauribilidade.....	237
4.8 Positividade	238
4.9 Transindividualidade	238
4.10 Complementaridade.....	238
4.11 Aplicabilidade imediata	239
4.12 Vinculatividade.....	240
5. Funções dos direitos fundamentais	241
5.1 Função de defesa ou de liberdade.....	241
5.2 Função de prestação social.....	242
5.3 Função de proteção perante terceiros	242
5.4 Função de não discriminação.....	243
6. Classificações dos direitos fundamentais.....	244
7. Direitos fundamentais no catálogo e dispersos.....	245
8. Destinatários dos direitos fundamentais.....	245
9. Eficácia dos direitos fundamentais.....	245
10. Direitos fundamentais expressos, implícitos ou decorrentes de tratados internacionais.....	246
10.1 Direitos fundamentais expressos na Constituição	246
10.2 Direitos fundamentais implícitos	247
10.3 Direitos fundamentais decorrentes dos Tratados Internacionais...	247
11. Direitos, liberdades e garantias	247
12. Direitos fundamentais, cláusulas pétreas e poder constituinte	248

Capítulo XX

DIREITO À VIDA

1. Vida.....	251
2. Aborto.....	252
3. Eutanásia.....	253
4. Pena de morte.....	253
5. Tortura.....	254
6. Integridade física e moral.....	255
7. Privacidade.....	256

Capítulo XXI

A LIBERDADE

1. Liberdade dos antigos e liberdade dos modernos.....	259
2. Liberdade negativa e liberdade positiva.....	261
3. A liberdade na Constituição de 1988.....	261
3.1 Liberdade de locomoção.....	261
3.2 Liberdade de manifestação de pensamento.....	262
3.3 Liberdade religiosa.....	263
3.4 Liberdade de reunião.....	265
3.5 Liberdade de associação.....	266
3.6 Liberdade de ação profissional.....	267
3.7 Liberdade de informação.....	267
3.8 Liberdade econômica.....	268

Capítulo XXII

DIREITO À IGUALDADE

1. Introdução.....	269
2. Princípio da igualdade na Constituição de 1988.....	271
2.1 Igualdade entre homens e mulheres.....	271
2.2 Igualdade entre brasileiros.....	272
2.3 Igualdade entre Estados.....	273
2.4 Igualdade racial.....	274
2.5 Igualdade religiosa.....	274
2.6 Igualdade em relação à idade.....	275
2.7 Igualdade jurisdicional.....	276

2.8 Igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais	276
2.9 Igualdade em relação às pessoas com necessidades especiais	276
2.10 Igualdade tributária	277
2.11 Igualdade entre filhos	278
2.12 Igualdade de acesso a cargos e empregos públicos	278
2.13 Igualdade de acesso aos serviços de educação	279
2.14 Igualdade de acesso aos serviços de saúde	279
2.15 Igualdade e cidadania	280
3. Igualdade, ações afirmativas e discriminação	280

Capítulo XXIII

DIREITO DE PROPRIEDADE

1. Introdução	283
2. A propriedade na Constituição de 1988	284
2.1 Propriedade urbana e propriedade rural	285
2.2 Bem de família	285
2.3 Restrições ao direito de propriedade	287
2.3.1 Desapropriação	287
2.3.2 Requisição	289
2.3.3 Expropriação	290
2.4 Direitos do autor	290
2.5 Propriedade industrial	291
2.6 Direito de herança	291
2.7 Usucapião constitucional urbano	292
2.8 Usucapião constitucional rural	292
2.9 Usucapião especial coletivo	293
3. Função social da propriedade	294

Capítulo XXIV

DIREITO À SEGURANÇA

1. Princípio da legalidade	295
2. Princípio da inviolabilidade do domicílio	297
3. Princípio da inviolabilidade da correspondência	297
4. Direito a informações	298
5. Princípio do direito de ação	299

6. Princípio da irretroatividade da lei.....	300
7. Princípio do juiz natural.....	301
8. Princípio da personalidade da pena.....	303
9. Princípio da individualização da pena.....	303
10. Racismo, fiança, graça, anistia, prescrição e liberdade provisória...	304
11. Penas permitidas e penas proibidas.....	305
12. Direito de asilo e extradição.....	306
13. Princípio do devido processo legal.....	307
14. Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	308
15. Princípio da proibição da prova ilícita.....	309
16. Princípio da presunção do estado de inocência.....	310
17. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	311
18. Prisão em flagrante e ordem judicial.....	311
19. Direitos do preso.....	312
20. Cumprimento da pena.....	313
21. Princípio da proibição de prisão por dívida.....	313
22. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	314
23. Duração razoável do processo.....	314

Capítulo XXV AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1. <i>Habeas corpus</i>	316
1.1 Origem.....	316
1.2 Evolução histórica no Direito brasileiro.....	316
1.3 Base normativa, conceito e natureza jurídica.....	317
1.4 Legitimidade e competência.....	318
1.5 Espécies e objetivo.....	320
1.6 Custas judiciais e honorários advocatícios de sucumbência.....	320
1.7 Liminar, sentença e recurso.....	321
1.8 <i>Habeas corpus</i> e o trancamento de inquérito policial.....	321
1.9 A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	321
1.10 Vedação e suspensão do <i>habeas corpus</i>	323
2. Mandado de segurança.....	324
2.1 Origem, base normativa e destinatários.....	324

2.2	Conceito e objeto	324
2.3	Direito líquido e certo	325
2.4	Legitimidade e competência	326
2.5	Liminar, notificação e informações	326
2.6	Sentença, recurso e coisa julgada	327
2.7	Prazo	328
2.8	Vedação de liminar: inconstitucionalidade	328
2.9	Não cabimento de mandado de segurança	329
2.10	A Constituição de 1988 e o mandado de segurança coletivo	330
3.	Mandado de injunção	330
3.1	Origem e base normativa	330
3.2	Autoaplicabilidade	331
3.3	Conceito, finalidade, pressupostos e objeto	331
3.4	Legitimidade e competência	332
3.5	Mandado de injunção e o Supremo Tribunal Federal	332
3.6	Mandado de injunção coletivo	333
4.	<i>Habeas data</i>	334
4.1	Origem, base normativa e abrangência	334
4.2	Conceito, objeto e gratuidade	335
4.3	Legitimidade e competência	335
4.4	Inconstitucionalidade	336
5.	Ação civil pública	337
5.1	Introdução	337
5.2	Conceito e objeto	337
5.3	Legitimidade e ajustamento de conduta	338
5.4	Inquérito civil	338
5.5	Multa diária	339
5.6	Efeitos da sentença	339
5.7	Ação civil pública e ação popular	340
5.8	Ação civil pública e os direitos difusos e coletivos	340
6.	Ação popular	342
6.1	Origem e base normativa	342
6.2	Conceito	342
6.3	Legitimação e competência	342
6.4	Requisitos, finalidade e objeto	343
6.5	Ministério Público e ação popular	344
6.6	Custas judiciais e honorários advocatícios	344

Capítulo XXVI
DIREITOS SOCIAIS

1. Evolução histórica dos direitos sociais	345
1.1 Manifesto do Partido Comunista	345
1.2 Encíclica <i>Rerum Novarum</i>	346
1.3 Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado	347
1.4 Declaração Universal dos Direitos Humanos	347
1.5 Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais...	348
1.6 Organização Internacional do Trabalho	348
2. Os direitos sociais na Constituição de 1988	348
2.1 Direitos sociais individuais do trabalhador.....	348
2.2 Direitos sociais coletivos do trabalhador.....	349
3. Direitos dos trabalhadores domésticos.....	351

Capítulo XXVII
NACIONALIDADE, DIREITOS POLÍTICOS E
PARTIDOS POLÍTICOS

1. Nacionalidade	353
1.1 Reciprocidade	354
1.2 Igualdade entre brasileiros natos e naturalizados	355
2. Direitos políticos	355
2.1 Exercício da soberania popular	355
2.1.1 Plebiscito	355
2.1.2 Referendo	355
2.1.3 Iniciativa popular	356
2.2 Condições de elegibilidade	356
2.3 Inelegibilidades.....	357
2.4 Impugnação de mandato eletivo	358
2.5 Perda e suspensão dos direitos políticos.....	358
3. Partidos políticos	360
3.1 Liberdade partidária	360
3.2 Natureza jurídica do partido político	361
3.3 Filiação a partido político: condição de elegibilidade.....	361
3.4 Fidelidade partidária.....	361

Capítulo XXVIII

FEDERAÇÃO

1. Introdução	363
2. Federação e Democracia	363
3. Federação e Confederação: distinções	364
4. Tipos de federalismo	364
4.1 Federalismo por agregação ou por segregação.....	365
4.2 Federalismo dualista, cooperativo ou por subordinação	365
4.3 Federalismo simétrico ou assimétrico.....	366
5. Princípio federativo	366
5.1 Princípio federativo e os partidos políticos	368
5.2 Princípio federativo e o Senado Federal.....	368
5.3 Princípio federativo e a partilha de competências públicas	368
5.4 Princípio federativo e o Supremo Tribunal Federal	368
5.5 Princípio federativo e a intervenção federal	369
6. Ausência de hierarquia entre as entidades federativas	370

Capítulo XXIX

UNIÃO

1. Introdução	371
2. Natureza jurídica	371
3. Bens da União	372
4. Competências privativas.....	372
4.1 Competência material privativa	372
4.2 Competência legislativa privativa	374
5. Competências comuns.....	375
5.1 Competência material comum.....	375
5.2 Competência legislativa comum	376
6. Competência legislativa remanescente.....	376
7. União e Federação.....	376

Capítulo XXX

ESTADOS FEDERADOS

1. Origem	379
2. Natureza jurídica	379

3. Bens dos Estados.....	380
4. Autonomia	380
5. Competências privativas.....	381
5.1 Competência material privativa	381
5.2 Competência legislativa privativa.....	381
6. Competências comuns	382
6.1 Competência material comum.....	382
6.2 Competência legislativa comum	382
7. Competência legislativa remanescente.....	383
8. Competência legislativa suplementar.....	383
9. Tripartição de poderes	383
9.1 Poder Legislativo.....	384
9.2 Poder Executivo	384
9.3 Poder Judiciário.....	385
10. Estado federado e as medidas provisórias.....	385
11. Incorporação, subdivisão e desmembramento	386
12. Iniciativa popular	387
13. <i>Impeachment</i> do governador.....	387
14. Comissões parlamentares de inquérito	387
15. Fiscalização financeira	387
16. O Estado federado perante a ordem externa	387

Capítulo XXXI

MUNICÍPIOS

1. Origem	389
2. Natureza jurídica	389
3. Autonomia	389
4. Competências privativas.....	390
4.1 Competência material privativa	390
4.2 Competência legislativa privativa.....	390
5. Competência material comum.....	391
6. Competência legislativa suplementar.....	391
7. Dualidade de poderes	391
8. Município e as medidas provisórias.....	392

9. Criação, incorporação, fusão e desmembramento	392
10. Fiscalização financeira	392
11. Regiões metropolitanas	393
12. Lei Orgânica do Município	393
13. O Município na Constituição de 1988.....	393

Capítulo XXXII

DISTRITO FEDERAL

1. Origem	395
2. Natureza jurídica	396
3. Autonomia	396
4. Poderes.....	397
4.1 Poder Legislativo.....	397
4.2 Poder Executivo	398
4.3 Poder Judiciário.....	398
5. Competências privativas.....	398
5.1 Competência material privativa	399
5.2 Competência legislativa privativa.....	399
6. Competências comuns.....	399
6.1 Competência material comum.....	399
6.2 Competência legislativa comum	400
7. Intervenção federal	400
8. Vedações constitucionais	401
9. Distrito Federal e o pacto federativo	401
10. Distrito Federal e as medidas provisórias.....	401

Capítulo XXXIII

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Introdução.....	403
2. Administração pública direta e indireta	404
3. Princípios da administração pública	404
3.1 Princípio da legalidade.....	404
3.2 Princípio da moralidade administrativa	405
3.3 Princípio da impessoalidade.....	407

3.4 Princípio da publicidade.....	407
3.5 Princípio da eficiência	408
3.6 Princípio da licitação pública.....	409
3.7 Princípio do concurso público	410
3.8 Princípio da responsabilidade civil do Estado.....	411
3.9 Princípio da participação.....	413
3.10 Princípio da prescritibilidade dos ilícitos administrativos.....	414
3.11 Princípio da autonomia gerencial.....	415
4. Servidores públicos	415
4.1 Acesso ao serviço público.....	415
4.2 Estabilidade e perda do cargo	415
4.3 Cumulação de cargos públicos.....	416
4.4 Mandato eletivo	417
4.5 Sindicalização e direito de greve	418
4.6 Previdência social.....	419

Capítulo XXXIV

PODER LEGISLATIVO

1. Funções	421
1.1 Função constituinte	421
1.2 Função legislativa.....	422
1.3 Função fiscalizadora.....	422
1.4 Função investigativa.....	422
1.5 Função julgadora	422
2. Estrutura e organização	423
2.1 Congresso Nacional.....	423
2.2 Câmara dos Deputados.....	423
2.3 Senado Federal	423
2.4 Mesas Diretoras.....	424
2.5 Comissões parlamentares	424
2.5.1 Comissões permanentes	425
2.5.2 Comissões temporárias	426
2.6 Tribunal de Contas da União	431
3. Competências do Congresso Nacional.....	432
4. Competências da Câmara dos Deputados	432
5. Competências do Senado Federal	433

Capítulo XXXV

ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS

1. Introdução	435
2. Imunidade material	436
3. Imunidade formal ou processual	436
4. Prerrogativa de foro	437
5. Limitação ao dever de testemunhar	437
6. Isenção do serviço militar	437
7. Estado de sítio	438
8. Incompatibilidades	438
8.1 Incompatibilidades funcionais	438
8.2 Incompatibilidades negociais	439
8.3 Incompatibilidades profissionais	439
8.4 Incompatibilidades políticas	439
9. Perda do mandato	439
9.1 Infração de qualquer das proibições estabelecidas no art. 54 da Constituição Federal	440
9.2 Procedimento incompatível com o decoro parlamentar	440
9.3 Não comparecimento a um terço das sessões ordinárias	441
9.4 Perda ou suspensão dos direitos políticos	442
9.5 Decisão da Justiça Eleitoral	442
9.6 Condenação criminal transitada em julgado	442
10. Renúncia de parlamentar	443
11. Investidura em outro cargo	443

Capítulo XXXVI

PROCESSO LEGISLATIVO

1. Terminologia	445
2. Conceito e finalidade	446
3. Fundamentos e pressupostos	446
4. Princípios	446
4.1 Princípio da publicidade	447
4.2 Princípio da oralidade	447
4.3 Princípio da separação da discussão e da votação	447
4.4 Princípio da unidade da legislatura	447

4.5 Princípio do exame prévio dos projetos por comissões parlamentares	448
5. Lei ordinária	448
5.1 Iniciativa	448
5.2 Discussão	450
5.3 Deliberação.....	451
5.4 Sanção.....	453
5.5 Promulgação	455
5.6 Publicação.....	455
6. Lei complementar	455
6.1 Semelhanças em relação à lei ordinária.....	455
6.2 Distinções em relação à lei ordinária.....	456
7. Emenda constitucional.....	456
7.1 Iniciativa	456
7.2 Discussão	457
7.3 Deliberação.....	457
7.4 Promulgação	457
7.5 Publicação.....	458
7.6 Limitações ao poder de emendabilidade.....	458
7.7 Cláusulas pétreas	459
8. Lei delegada.....	459
8.1 Noção.....	459
8.2 Natureza jurídica	459
8.3 Formas de delegação.....	459
8.4 Matérias indelegáveis.....	460
8.5 Controle	461
9. Medidas provisórias.....	461
9.1 Origem.....	461
9.2 Relevância	462
9.3 Urgência.....	462
9.4 Natureza jurídica	462
9.5 Início de votação	463
9.6 Prazo de vigência e prorrogação.....	463
9.7 Parecer da comissão mista	463
9.8 Emenda	464
9.9 Regime de urgência.....	464

9.10 Sanção.....	464
9.11 Promulgação e publicação.....	464
9.12 Reedição	465
9.13 Medidas provisórias e convocação extraordinária do Congresso Nacional.....	465
9.14 Matérias vedadas	465
9.15 Crítica	466
10. Decreto legislativo	467
11. Resolução	467

Capítulo XXXVII **PODER EXECUTIVO**

1. Presidencialismo	469
2. Atribuições do presidente da República	470
2.1 Chefia de Estado.....	470
2.2 Chefia de governo	470
2.3 Chefia da administração federal.....	471
3. Atividade legislativa do presidente da República	471
4. Eleição do presidente da República	472
5. Eleição e funções do vice-presidente da República	472
6. Vacância.....	473
7. Escolha e funções dos ministros de Estado	474
8. Responsabilidade do presidente da República.....	475
8.1 Crimes de responsabilidade e crimes comuns.....	475
8.2 Processo de <i>impeachment</i>	475
8.2.1 Origem.....	475
8.2.2 Conceito	476
8.2.3 Finalidade.....	476
8.2.4 Natureza	476
8.2.5 Fases.....	477
8.2.6 Presidência da sessão.....	478
8.2.7 Senado Federal: tribunal político.....	478
8.2.8 Renúncia ao cargo.....	478
8.3 Processo criminal	479
8.4 Afastamento do presidente da República.....	480
8.5 Imunidade processual temporária	480

8.6 Judicialização da política	481
9. Conselho da República	482
9.1 Noção	482
9.2 Composição	482
9.3 Competência	482
10. Conselho de Defesa Nacional	483
10.1 Noção	483
10.2 Composição	483
10.3 Competência	483

Capítulo XXXVIII
PODER JUDICIÁRIO: NOÇÕES GERAIS

1. Introdução	485
2. Funções	485
2.1 Aplicar contenciosamente a lei aos casos particulares	486
2.2 Controlar os demais poderes	487
2.3 Realizar seu autogoverno	488
2.4 Proteger os direitos fundamentais	488
2.5 Garantir o Estado Constitucional Democrático de Direito	489
3. Estatuto da Magistratura	490
3.1 Ingresso na carreira e promoção	490
3.2 Acesso aos tribunais de segundo grau	491
3.3 Previsão de cursos	492
3.4 Local de residência	492
3.5 Remoção, disponibilidade e aposentadoria	492
3.6 Celeridade processual	493
3.7 Motivação das decisões	494
3.8 Publicidade das decisões	494
3.9 Órgão especial nos tribunais	494
3.10 Subsídio dos magistrados	495
4. Quinto constitucional	495
5. Garantias constitucionais dos magistrados	496
5.1 Vitaliciedade	497
5.2 Inamovibilidade	497
5.3 Irredutibilidade de subsídio	498

6. Vedações aos magistrados	498
7. “Quarentena”	498
8. Autonomia	499
8.1 Autonomia administrativa	499
8.2 Autonomia financeira	500
8.3 Autonomia funcional	500
9. Controle de constitucionalidade	501
10. Juizados especiais.....	501
11. Precatório.....	502

Capítulo XXXIX

PODER JUDICIÁRIO: ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Órgãos do Poder Judiciário	505
2. Supremo Tribunal Federal	506
2.1 Sede	506
2.2 Origem	506
2.3 Função	506
2.4 Composição	507
2.5 Competências	507
2.5.1 Competência originária	507
2.5.2 Competência recursal ordinária	509
2.5.3 Competência recursal extraordinária	509
2.6 Súmula de efeito vinculante.....	509
3. Conselho Nacional de Justiça	510
3.1 Sede	510
3.2 Origem	510
3.3 Função	511
3.4 Composição	511
3.5 Competência	511
4. Superior Tribunal de Justiça.....	512
4.1 Sede	512
4.2 Origem	512
4.3 Função	513
4.4 Composição	513
4.5 Competências	513

4.5.1 Competência originária	513
4.5.2 Competência recursal ordinária	514
4.5.3 Competência recursal especial.....	515
4.6 Escola Nacional e Conselho da Justiça Federal	515
5. Justiça Comum	515
5.1 Justiça Federal	516
5.1.1 Tribunais Regionais Federais.....	516
5.1.2 Juizes Federais	517
5.2 Justiça Estadual	518
5.2.1 Tribunal de Justiça.....	519
5.2.2 Juizes Estaduais.....	519
6. Justiça Especializada	520
6.1 Justiça do Trabalho	520
6.1.1 Tribunal Superior do Trabalho.....	521
6.1.2 Tribunais Regionais do Trabalho.....	522
6.1.3 Juizes do Trabalho	522
6.2 Justiça Eleitoral	523
6.2.1 Tribunal Superior Eleitoral	523
6.2.2 Tribunais Regionais Eleitorais.....	524
6.2.3 Juizes Eleitorais.....	525
6.2.4 Juntas Eleitorais	525
6.3 Justiça Militar.....	525
6.3.1 Superior Tribunal Militar.....	526
6.3.2 Juizes Militares	526

Capítulo XL

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Ministério Público	527
1.1 Origem	527
1.2 Evolução.....	528
1.3 Autonomia	529
1.3.1 Autonomia administrativa.....	529
1.3.2 Autonomia financeira	529
1.3.3 Autonomia funcional.....	530
1.4 Natureza.....	531
1.5 Finalidade	531
1.6 Princípios institucionais	531

1.6.1 Princípio da unidade institucional	531
1.6.2 Princípio da indivisibilidade	532
1.6.3 Princípio da independência funcional.....	532
1.7 Concurso público.....	533
1.8 Funções institucionais	533
1.9 Organização.....	534
1.10 Ministério Público nos Tribunais de Contas.....	535
1.11 Procurador-geral da República.....	535
1.12 Procurador-geral de Justiça dos Estados.....	536
1.13 Procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios ...	536
1.14 Garantias constitucionais dos promotores de justiça.....	537
1.14.1 Vitaliciedade.....	537
1.14.2 Inamovibilidade.....	537
1.14.3 Irredutibilidade de subsídio	538
1.15 Vedações	538
1.16 “Quarentena”	538
1.17 Conselho Nacional do Ministério Público.....	539
1.18 Ministério Público e cargos eletivos	540
1.19 Ministério Público e ouvidorias.....	540
2. Advocacia Pública.....	540
2.1 Advocacia-geral da União.....	540
2.2 Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.....	542
3. Advocacia	542
4. Defensoria Pública.....	543

Capítulo XLI

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Estado de defesa	547
1.1 Conceito.....	547
1.2 Pressupostos	548
1.3 Direitos fundamentais	548
1.4 Funcionamento do Congresso Nacional	549
1.5 Controle	549
2. Estado de sítio	550
2.1 Pressupostos	550
2.2 Direitos fundamentais	550

2.3 Funcionamento do Congresso Nacional e os pronunciamentos dos parlamentares.....	551
2.4 Controle	551
3. Forças Armadas	552
3.1 Componentes e comando	552
3.2 Missão.....	552
3.3 Disciplina e hierarquia	552
3.4 <i>Habeas corpus</i>	553
3.5 Direitos e deveres dos militares.....	553
3.6 Serviço militar obrigatório e a escusa de consciência	555
4. Segurança pública.....	555
4.1 Órgãos	555
4.2 Polícias federais.....	556
4.3 Polícias estaduais.....	556
4.4 Guardas municipais.....	557

Capítulo XLII

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

1. Tributo	559
1.1 Conceito.....	559
1.2 Espécies	560
1.2.1 Imposto.....	560
1.2.2 Taxa	560
1.2.3 Contribuição de melhoria	560
1.2.4 Empréstimo compulsório	560
1.2.5 Contribuição social	561
2. Limitações ao poder de tributar	561
2.1 Princípio da legalidade.....	561
2.2 Princípio da igualdade tributária	562
2.3 Princípio da irretroatividade da lei	563
2.4 Princípio da anterioridade da lei	564
2.5 Princípio da anterioridade mitigada da lei ou da carência.....	564
2.6 Princípio da vedação do tributo com efeito de confisco	565
2.7 Princípio da liberdade de tráfego.....	566
2.8 Princípio da uniformidade do tributo.....	566
2.9 Princípio da capacidade contributiva.....	567

2.10 Princípio da não discriminação tributária	568
2.11 Princípio da competência	568
3. Competências tributárias	569
3.1 Impostos de competência da União	569
3.2 Impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal	569
3.3 Impostos de competência dos Municípios	569
4. Competência tributária residual	570
5. Repartição das receitas tributárias	570
6. Lei complementar	570
7. Imunidades tributárias	571

Capítulo XLIII

FINANÇAS PÚBLICAS E SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

1. Finanças públicas	573
1.1 Princípios	573
1.1.1 Princípio da legalidade	573
1.1.2 Princípio da exclusividade	574
1.1.3 Princípio da programação	574
1.1.4 Princípio do equilíbrio orçamentário	574
1.1.5 Princípio da anualidade	575
1.1.6 Princípio da unidade	575
1.1.7 Princípio da universalidade	576
1.1.8 Princípio da não vinculação	576
1.1.9 Princípio da qualificação dos créditos orçamentários	576
1.1.10 Princípio da publicidade	577
1.1.11 Princípio da especialidade	577
1.1.12 Princípio da responsabilidade fiscal	577
1.2 Normas gerais	578
1.2.1 Banco central	578
2. Sistema orçamentário	579
2.1 Leis orçamentárias	579
2.2 Formas de controle	579
2.3 Tribunal de Contas	580
2.3.1 Sede	580
2.3.2 Composição	580

2.3.3 Garantias dos ministros.....	581
2.3.4 Atribuições	581
2.3.5 Decisão e título executivo.....	581

Capítulo XLIV **ORDEM ECONÔMICA**

1. Constituição e economia	583
2. Fundamentos.....	584
3. Finalidade	584
4. Princípios da ordem econômica	585
4.1 Princípio da soberania nacional	585
4.2 Princípio da propriedade privada.....	586
4.3 Princípio da função social da propriedade.....	586
4.4 Princípio da livre concorrência	586
4.5 Princípio da defesa do consumidor.....	587
4.6 Princípio da proteção do meio ambiente	588
4.7 Princípio da redução das desigualdades	588
4.8 Princípio da busca do pleno emprego.....	589
4.9 Princípio do tratamento favorecido às empresas de pequeno porte.....	589
4.10 Princípio da livre-iniciativa.....	590
5. Exploração de atividade econômica.....	591
6. Prestação de serviços públicos.....	591
7. Papel do Estado na economia	591
8. Riquezas do subsolo	592
9. Monopólio das riquezas naturais.....	592
10. Política agrícola e fundiária.....	593
11. Reforma agrária e função social da propriedade.....	593

Capítulo XLV **SEGURIDADE SOCIAL**

1. Conceito.....	595
2. Princípios	596
3. Financiamento.....	596
4. Saúde.....	597

4.1 Conceito.....	597
4.2 Direito fundamental.....	597
4.3 Sistema único de saúde.....	598
4.4 Iniciativa privada.....	599
4.5 Transplantes.....	599
4.6 Judicialização do direito à saúde.....	599
5. Previdência social.....	600
5.1 Conceito.....	600
5.2 Princípios.....	601
5.3 Previdência pública.....	601
5.4 Previdência privada.....	602
5.5 Direito à aposentadoria.....	602
6. Assistência social.....	603
6.1 Conceito.....	603
6.2 Princípios.....	603
6.3 Objetivos.....	604
6.4 Ações governamentais.....	604

Capítulo XLVI

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. Educação.....	607
1.1 Educação como direito fundamental.....	607
1.2 Objetivos da educação.....	608
1.3 Princípios básicos do ensino.....	608
1.4 Autonomia universitária.....	609
1.5 Princípio da indissociabilidade.....	609
1.6 Ensino público e privado.....	610
1.7 Plano Nacional de Educação.....	610
1.8 Educação e as pessoas com deficiência.....	610
1.9 Programas educacionais de inclusão social.....	611
1.10 Judicialização do direito à educação.....	611
2. Cultura.....	612
2.1 Conceito.....	612
2.2 Direito fundamental à cultura.....	613
2.3 Patrimônio cultural brasileiro.....	613
2.4 Plano Nacional de Cultura.....	614
2.5 Sistema Nacional de Cultura.....	614

3. Desporto.....	615
3.1 Práticas desportivas.....	615
3.2 Autonomia.....	615
3.3 Lei Pelé.....	616
3.4 Estatuto do Torcedor.....	617
3.5 Poder Judiciário.....	618

Capítulo XLVII

COMUNICAÇÃO SOCIAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. Comunicação social.....	619
1.1 Comunicação social na Constituição de 1988.....	619
1.2 Produção e programação.....	620
1.3 Propriedade de empresa jornalística.....	620
1.4 Livre concorrência.....	620
1.5 Concessão, permissão e autorização.....	621
1.6 Liberdade de expressão e privacidade.....	621
1.7 Liberdade de imprensa e diploma de jornalista.....	622
1.8 Liberdade de imprensa e Democracia.....	622
1.9 Proibição de censura.....	623
1.10 Mecanismos de controle.....	623
1.11 Propaganda comercial.....	624
1.12 STF e a Lei de Imprensa.....	624
1.13 Conselho de Comunicação Social.....	625
2. Ciência e tecnologia.....	626
2.1 Tipos de pesquisa.....	626
2.2 Deveres do Estado.....	626
2.3 Mercado como patrimônio nacional.....	627

Capítulo XLVIII

MEIO AMBIENTE

1. Conceito.....	629
2. Concepções.....	630
3. Evolução histórica.....	630
4. Constitucionalização.....	631
5. Direito fundamental.....	632

6. Classificação	632
7. Princípios	633
7.1 Princípio da indisponibilidade do bem ambiental	633
7.2 Princípio da intervenção estatal obrigatória	633
7.3 Princípio do poluidor pagador	633
7.4 Princípio da função socioambiental da propriedade.....	634
7.5 Princípio do direito ao desenvolvimento sustentável.....	634
7.6 Princípio da participação.....	635
7.7 Princípio da educação ambiental	635
7.8 Princípio da avaliação prévia do impacto ambiental.....	635
7.9 Princípio da prevenção.....	636
7.10 Princípio da precaução	636
7.11 Princípio da cooperação entre os povos.....	637
8. Intervenção estatal	637
9. Responsabilidade administrativa, civil e penal.....	638
10. Terras devolutas.....	639
11. Usinas nucleares.....	639
12. Educação ambiental	640
13. Bens ambientais pertencentes à União	641
14. Garantia do direito ambiental	641
15. Estado de direito ambiental	641
16. Acesso à água potável como direito fundamental.....	642

Capítulo XLIX

FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO

1. Família	645
1.1 Evolução histórica	645
1.2 Constitucionalização.....	645
1.3 Espécies de família.....	646
1.3.1 Família constituída pelo casamento.....	646
1.3.2 Família constituída pela união estável.....	646
1.3.3 Família monoparental	647
1.3.4 Família homoafetiva	647
1.4 Igualdade entre cônjuges.....	648
1.5 Divórcio.....	649

1.6 Lei Maria da Penha.....	649
2. Criança, adolescente e jovem.....	649
2.1 Proteção constitucional	649
2.2 Igualdade entre filhos.....	650
2.3 Adoção.....	651
3. Idoso	652
3.1 Proteção constitucional	652
3.2 Estatuto do Idoso.....	652
BIBLIOGRAFIA.....	653